

COMPREENSÕES DE SITUAÇÕES DE ESTUPRO NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Wesley Henrique Pagel (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Walkiria Maria de Oliveira Macerau (co-orientadora), Carolina Laurenti (Orientadora), e-mail: claurenti@uem.br

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Psicologia/Relações interpessoais

Palavras-chave: violência sexual, universidade, estudantes.

Resumo:

Apesar da violência sexual ser uma prática nociva e recorrente no ambiente acadêmico, existem concepções estereotípicas com respeito a determinadas formas de violência sexual, como o estupro, bem como estereótipos acerca do próprio perpetrador da violência, que ainda vigem na sociedade. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa foi aferir como alunos/as de graduação identificam e classificam as diversas formas de situações de estupro no contexto universitário. Para isso, participaram 228 estudantes de graduação de uma universidade estadual do interior do Paraná. Os/as participantes opinaram a respeito de histórias fictícias envolvendo relações sexuais consentidas e não consentidas. Como resultado, verificou-se que menos da metade dos participantes reconheceram as histórias como “estupro” quando essas descreviam situações não estereotípicas de estupro. Em vista disso, torna-se necessário delinear estratégias na universidade que envolvam a divulgação de informações sobre o estupro, bem como outras formas de violência sexual e de gênero.

Introdução

Apesar da violência sexual ser uma prática nociva e recorrente no ambiente acadêmico (SAYURI; SICURO, 2019), existe a ideia oriunda do senso comum de que a universidade, por ser um ambiente intelectualmente privilegiado, integrado por pessoas mais conscientes e responsáveis com seus direitos e deveres, as diferentes formas de violência seriam menos perpetradas no âmbito desta população (PORTO, 2017). Sendo assim, de acordo com essas concepções, os alunos universitários se distinguiriam do estereótipo de um agressor sexual, no qual este seria um homem intrinsecamente violento e com distúrbios “mentais” (FREITAS; MORAIS, 2019).

No estereótipo da violência sexual, a vítima seria atacada de forma agressiva por um desconhecido, durante a noite, na rua e estaria sozinha e desprotegida. A vítima, por sua vez, resistiria física e verbalmente (FREITAS; MORAIS, 2019). No entanto, para além dessas circunstâncias, as relações universitárias abrangem diversos contextos que, de acordo com a literatura, dificultaria o reconhecimento da

violência sexual. Assim, para além do espaço físico do *campus*, o contexto universitário envolve outros locais e atividades definidos e caracterizados pelo vínculo institucional com a universidade, como estágios, congressos, trotes, festas universitárias, jogos e outras confraternizações. Desse modo, a violência pode ocorrer de diferentes maneiras que não correspondem com o que é concebido em seu estereótipo.

O objetivo deste Projeto de Iniciação Científica foi aferir como alunos/as de graduação identificam e classificam as diversas formas de situações de estupro no contexto universitário. Com os resultados alcançados, espera-se delimitar estratégias de prevenção e enfrentamento desta problemática.

Materiais e Métodos

Participaram estudantes de graduação de uma universidade estadual do interior do Paraná. A pesquisa se deu de modo *on-line*, por meio da plataforma *Google Forms*. Foram utilizados como instrumentos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (CAAE: 27937320.0.0000.0104) e um formulário eletrônico.

Procedimento

O formulário eletrônico foi divulgado por meio do contato por *e-mail* com coordenadores dos cursos de graduação; grupos de *whatsapp* de discentes; e cartazes divulgados em murais do campus universitário.

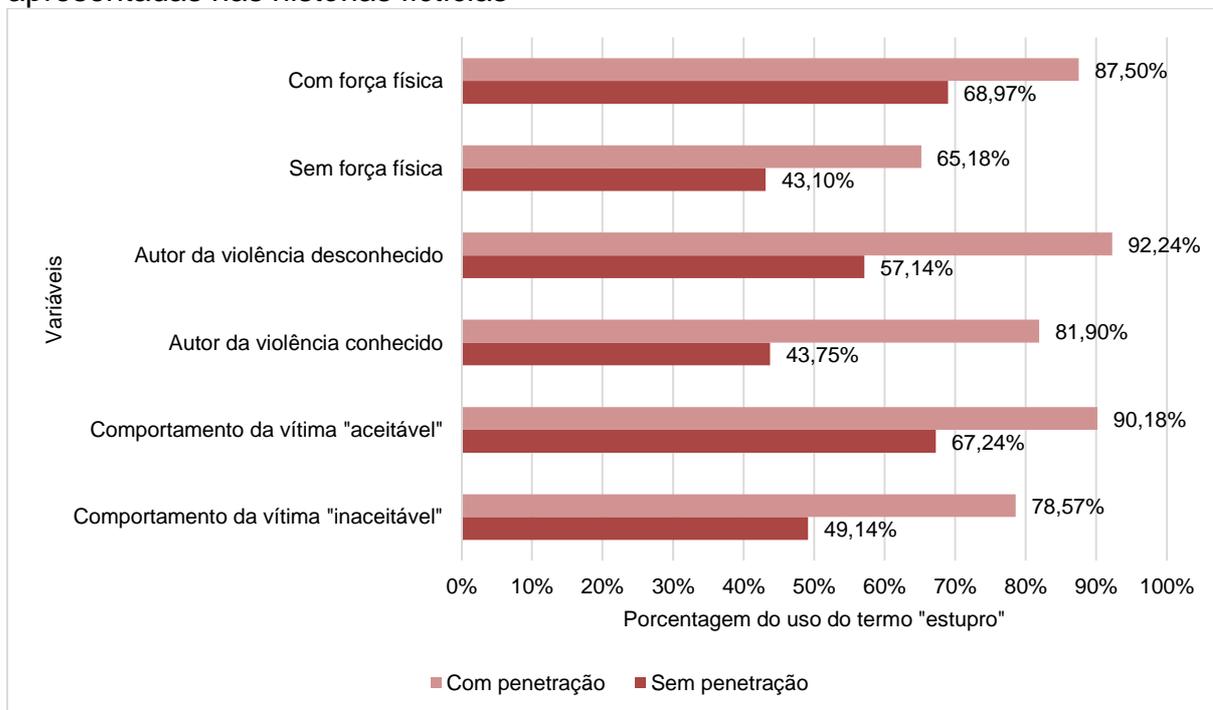
As histórias fictícias foram redigidas de modo que fossem manipuladas as seguintes variáveis: relação entre vítima e agressor, comportamento da vítima, comportamento do agressor e a presença ou ausência de penetração na violência sexual. Abaixo de cada uma das histórias fictícias, foi inserida uma escala de atribuição de responsabilidade referente aos personagens envolvidos nas histórias (FREITAS, 2019; SASSON; PAUL, 2014). A escala consistia em 7 pontos em que o primeiro significava que o personagem homem era totalmente responsável pela situação, e o último que a personagem mulher era a total responsável pela situação. Além da escala de atribuição de responsabilidade, foi solicitado que os/as participantes respondessem à pergunta “como você denominaria esta situação?” com opções de respostas pré-estabelecidas, a saber, “abuso sexual”; “assédio moral”; “assédio sexual”; “estupro”; “sexo consentido”; “outros”. Logo em seguida, foi solicitado que os/as participantes justificassem suas respostas.

Resultados e Discussão

No total, 228 estudantes universitários/as responderam aos instrumentos. Em relação ao gênero dos/as participantes, a maioria se declarou mulher (67,11%), seguido de homens (29,82%). Uma pequena parte se declarou não-binário (0,88%), travesti (0,44%) ou preferiu não declarar (1,75%). Já em relação ao ano letivo do curso de graduação, a maioria encontrava-se nos dois primeiros anos (54,39%).

O gráfico 01 demonstra a porcentagem do uso do termo “estupro” nas situações de estupro com e sem penetração, de acordo com as variáveis manipuladas.

Gráfico 01 – Porcentagens do uso do termo “estupro” de acordo com as variáveis apresentadas nas histórias fictícias



A maioria dos/as participantes denominou as situações como “estupro” quando as histórias fictícias descreviam situações de estupro com penetração em que: a vítima tinha comportamentos considerados socialmente “aceitáveis” (90,18%); o autor da violência sexual era desconhecido da vítima (92,44%); e que havia força física na violência sexual (87,50%). No entanto, a porcentagem do uso do termo foi menor nas histórias fictícias que descreviam as mesmas variáveis, mas que descreviam situações de estupro sem a penetração.

Ainda de acordo com o gráfico 01, menos da metade dos participantes reconheceu como estupro as histórias que exibiam situações não estereotípicas deste tipo de violência sexual. Assim, o termo “estupro” foi utilizado apenas em 49,14% das vezes em que a vítima se comportava de maneira considerada socialmente “inaceitável” e não houve penetração; em 43,75% das vezes em que o autor da violência sexual era conhecido da vítima e não houve penetração; e em 43,10% das vezes em que não havia força física explícita durante o estupro sem penetração.

Os comportamentos sexuais violentos que não correspondem às concepções de violência estereotipadas tendem a ser naturalizados e banalizados pela sociedade, contribuindo para o silenciamento das vítimas. Além disso, deixar de reconhecer como violência sexual práticas não estereotípicas, mas que violam o consentimento e produzem uma série de danos às vítimas, implica em uma maior probabilidade de o indivíduo emitir esses comportamentos, já que este não consideraria o que praticou como uma violência ou que não teria responsabilidade pelo ato (FREITAS; MORAIS, 2019).

Em relação à escala de atribuição de responsabilidade, as mesmas situações fictícias em que houve menos classificações de “estupro” foram aquelas que tiveram maior variabilidade de resposta. Sendo assim, 12,93% dos participantes não consideraram o autor da violência sexual como totalmente responsável nas situações de estupro sem penetração em que a vítima se comportava de maneira socialmente “inaceitável”; 14,83% também não consideraram esse mesmo fator nas situações de estupro sem penetração em que o autor da violência era conhecido da vítima; e 20,69% não consideraram o personagem masculino totalmente responsável nas situações de estupro em que não havia presença de penetração, nem de força física explícita.

Conclusões

Os resultados da pesquisa demonstram que a identificação de situações de estupro no contexto universitário é perpassada por diversas variáveis, que precisam ser explicitadas e discutidas. Nesse sentido, torna-se necessário delinear estratégias na universidade que envolvam a divulgação de informações sobre o estupro, bem como outras formas de violência sexual e de gênero. Juntamente a isso, torna-se necessário também medidas paliativas e preventivas, de modo que se crie melhores condições no ambiente universitário para o aumento de denúncias, encaminhamentos e acolhimento às vítimas.

Agradecimentos

Agradeço à Fundação Araucária pelo financiamento da pesquisa.

Referências

SAYURI, J.; SICURO, R. Abusos no campus. **The Intercept Brasil**, online, 10 dez. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/12/10/mais-de-550-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-sexual-dentro-de-universidades/> Acesso em: 16 jul. 2022.

FREITAS, J. C. C.; MORAIS, A. O. Cultura do estupro: considerações sobre violência sexual, feminismo e Análise do Comportamento. **Acta Comportamental**, v. 27, n. 1, p. 109–126, 2019.

FREITAS, J. C. C. **O efeito do ensino de relações de equivalência sobre o comportamento de culpabilizar vítimas de estupro**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2019.

PORTO, M. O enfrentamento da violência no ambiente universitário: Uma experiência na Universidade Federal do Acre. In: STEVENS, C. et al. (Eds.). **Mulheres e violências: Interseccionalidades**. Brasília: Technopolitik, 2017.